

## LIVRO, LITERATURA E LEITURA

*Erio Moraes Dutra \**

### 1- LIVRO E POLÍTICA CULTURAL

Em declaração datada de 1972, a UNESCO destaca o livro como instrumento fundamental para o aperfeiçoamento humano. Esta declaração, além de reconhecer a importância do livro para a educação, concebe a leitura como um direito do homem, a ser assegurado pela sociedade e pelo Estado. Dessa forma, a carta da UNESCO obriga os Estados a realizarem uma política de proteção ao livro, dando condições para que o mesmo seja produzido e editado.

Enquanto iniciativa, não há dúvidas de que a "Carta do Livro" representa uma conquista, pois, pela primeira vez, a leitura é proclamada, de forma dogmática, como um direito e não como um dever, forçando uma reflexão em torno das razões pelas quais o livro adquire essa importância como instrumento educacional.

No Brasil, especialmente a partir do final da década passada, a preocupação com a leitura- e, por extensão, com o livro- tem movimentado professores, pesquisadores e órgãos representativos do Estado. Em âmbito institucional, o I Congresso de Leitura (COLE), realizado por iniciativa da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, em 1978, a criação da Associação Internacional de Leitura - Conselho Brasil Sul, filiada a International Reading Association, em 1979, e a criação da Associação de Leitura do Brasil, em 1982, foram os principais incentivadores para que se pensasse mais seriamente a leitura e a importância do livro no processo educacional. No que diz respeito a iniciativas estatais, algumas tentativas de democratização do livro têm sido levadas a efeito, como o Programa Sala de Leitura, desenvolvido pela Fundação de Amparo ao Estudante (FAE), que distribui, gratuitamente, obras de leitura infantil a escolas de 1º

\* Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Cruz do Sul.

Pesquisador do Centro de Pesquisas Literárias da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Porto Alegre.

Grau.

Essas ações estatais, no entanto, embora tenham reconhecido valor como medidas que procuram democratizar a leitura, suprimindo as limitações econômicas da população, não chegam a constituir uma política cultural. A não inserção dos programas oficiais de distribuição de livros a uma política educacional e a diversidade de princípios que norteiam esses programas são um indício de que muito deve ser feito no sentido de desenvolver uma ação eficaz de valorização da leitura e do livro como elementos indispensáveis ao desenvolvimento integral do indivíduo.

Uma política de proteção ao livro e ao direito da leitura, por sua vez, não pode se resumir a medidas isoladas, traduzidas por ações subsidiárias por parte do Estado, as quais visem apenas à tiragem de algumas centenas de títulos, sem que a acompanhe uma ação mais ampla em prol da cultura. Com efeito, uma política de leitura só se justifica se efetivada atendendo a objetivos quanto ao contexto do processo ensino-aprendizagem, produção de material impresso, avaliação da qualidade do material impresso, pesquisas, capacitação e aperfeiçoamento dos professores neste campo, e desenvolvimento de sistemas de distribuição e acesso ao livro. A melhoria qualitativa da educação pode partir de uma escolarização em massa - porém não massificada - em que seja facultado aos alunos não apenas o livro como objeto material, mas - e principalmente - as chaves para estes penetrarem no universo transformador da leitura, reconhecendo a sua legitimidade.

## 2- LIVRO INFANTIL E MERCADO

Contrastando com a indefinição de uma política cultural, o mercado editorial brasileiro vem crescendo de maneira espantosa nos últimos anos e imprimindo ao seu desenvolvimento feições industriais. Como repercussão dentro dessa indústria livreira, o reconhecimento institucionalizado de que o livro é elemento indispensável ao crescimento intelectual e à projeção cultural do indivíduo, aliado à constatação de que crianças e jovens não leem - ou leem muito pouco - sendo necessário, portanto, desenvolver nelas o hábito de leitura, possibilitou a formação de um novo mercado: o do livro infantil-juvenil.

O interesse crescente que pais e professores têm dispensado ao problema das leituras de seus filhos e alunos, traduzido pela preocupação em adquirir e indicar boas obras de literatura, é o principal responsável pelos investimentos das editoras no setor, ainda mais que estas possuem, atualmente,

o aval das instituições de ensino, sobretudo superior, que, através de pesquisas, congressos, seminários, cursos de extensão, graduação e pós-graduação, encarregam-se de arregimentar um número cada vez maior de profissionais e leigos imbuídos do propósito de divulgar o livro e formar leitores.

Quanto às obras de literatura infantil, elevadas à condição de produto de consumo - "Status" de que até bem pouco tempo não desfrutavam -, elas passaram a atender às exigências do mercado, principalmente em termos de quantidade e diversificação de títulos. De uma situação antes pouco expressiva, restrita à tradução de alguns clássicos estrangeiros e a um pequeno número de autores nacionais, o negócio com o livro infanto-juvenil proliferou de maneira acelerada. Com a formação de um público infanto-juvenil em potencial, descobriu-se um rico filão a ser explorado com a garantia de um retorno lucrativo. Hoje pode-se dizer que há uma verdadeira inflação do gênero no país, uma vez que a maioria das editoras passou a investir em coleções infantis, lançando anualmente centenas de obras e autores novos.

Uma produção cada vez mais numerosa, como a da literatura infantil, obriga pais e educadores a um trabalho difícil de seleção, para indicar bons títulos a seus filhos e alunos. Isso se deve ao fato de que edições bem elaboradas quanto à estética literária e a aspectos gráficos disputam as prateleiras de livrarias com obras que não compartilham os traços que marcariam a literariedade do texto infantil. Os temas variam de curiosidades do mundo animal e vegetal e novelas de intriga policial até proposições mais desafiadoras, que possibilitam ao leitor descobrir a si mesmo, inserir-se social e culturalmente no mundo e prepara-se para sua ação sobre ele.<sup>1</sup>

Nesse particular, duas medidas se fazem necessárias: a existência afetiva de uma crítica sistematizada (no Brasil esta se encontra incipiente, porque os jornais fazem antes divulgação do que crítica) que dê aos interessados visões qualitativas da literatura infantil, e a atualização de conhecimentos em torno do assunto, sobretudo por parte dos professores.

### 3- LIVRO E SOCIEDADE

O fato de vivermos em uma sociedade respaldada no livro repercute, indubitavelmente, na criança. Reconhecido como instrumento de comunicação à distância, o livro é uma forma de desenvolver uma ação educativa que permita maior inserção do jovem no meio social em que vive. Uma educação integral, no entanto, não se efetiva apenas através de "obras utilitá-

rias", que servem "para saber mais", mas também é necessário que a criança complete sua formação, tendo acesso à literatura, para desenvolver o prazer da leitura recreativa e desafiadora.

Com efeito, todo texto artístico, investido da condição de imagem simbólica do mundo a ser desvelado, torna-se um desafio na medida em que reclama a intervenção do leitor, estabelecendo com ele uma relação ativa de pergunta e respostas, ou seja, o leitor não só encontra nas obras respostas para suas questões vivenciais, mas também, a partir da leitura, levanta outros tantos questionamentos de mesma ordem, abrindo novas perspectivas. Este reconhecimento da importância da literatura sob o ponto de vista vivencial por si já é uma justificativa para que o contato do homem com o texto artístico seja preservado e intensificado, sobretudo na infância e adolescência, fases em que se forma o leitor.

No caso específico da realidade brasileira, em que o ascendente mercado do livro infantil contrasta com a indefinição de uma política cultural e educacional, urge que se busquem novas formas de favorecer o acesso à obra literária, para que se tenha de fato uma democratização da leitura na sociedade. Nesse particular, uma discussão sobre o assunto exige que se considere a leitura em, pelo menos, duas situações nas quais esta se efetiva - ou deveria se efetivar: na escola e na biblioteca.

### 3.1 O livro na escola

A importância da escola no processo de formação do leitor se deve, indiscutivelmente, ao fato de que nela o aluno adquire a habilitação inicial na prática de leitura. Nesse sentido, possui o compromisso de despertar o gosto de ler e o hábito de leitura.

Para fornecer o acesso ao livro dentro da escola, é importante a difusão de títulos escolhidos. Ao professor cabe este trabalho, podendo se valer de dicionários, guias de leitura, noticiários e boletins informativos, ou inteirando-se ele mesmo dos critérios adotados pela crítica para seleção de textos, com os quais fica mais fácil depurar a boa literatura infantil, diferenciando-a da literatura de consumo que não possui comprometimentos maiores com a realidade da criança. Convém também que os jovens leitores tenham livros em sua própria classe, ao seu alcance, para que possam manuseá-los, lê-los e senti-los como objetos do seu cotidiano.

Como é fundamental que o público infantil encontre livros à sua disposição, os professores que atuam em realidades carentes, onde as bibliotecas são deficitárias ou inexistentes, precisam movimentar-se no sentido de contornar a situação. Nesse particular, uma sugestão viável é a possibilidade de integração das escolas a projetos oficiais e semi-oficiais

de distribuição gratuita de livros, como é o caso do Programa Salas de Leitura, promovido pela Fundação de Amparo ao Estudante, e da Ciranda de Livros - agora descontinuada - patrocinada pela empresa Hoechst do Brasil e pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. Podem ser também eficazes iniciativas diversificadas visando à aquisição de livros, como campanhas junto à comunidade.

Contornado o problema de ordem mais material, é hora de formentar o livre descobrimento da leitura. A criança necessita de uma certa liberdade de escolha de livros, sem sofrer qualquer pressão. O professor, por sua vez, precisa ter o cuidado de colocar à disposição do jovem títulos que atendam ao interesse etário deste último e proporcionem não só uma motivação intrínseca para a leitura, mas também uma aprendizagem significativa do ponto de vista existencial do leitor. Nesse particular, as obras infantis encontráveis no mercado brasileiro possibilitam uma seleção que atenda a exigências de ordem estética e a interesses etários.

O encontro da criança com o livro é imprescindível pelo efeito enriquecedor que desencadeia. Partindo desse princípio, bastaria ao professor propiciar situações de leitura aos seus alunos, sem que por trás de tudo houvesse qualquer intenção de atividades de análise, discussão de texto, fichas de leitura ou qualquer outra forma de controle. É bastante salutar que o aluno se depare com situações em que seja levado a ler pelo simples prazer de ler, sem ter de prestar conta da sua leitura. No entanto, o professor deve ter o cuidado de não abrir mão totalmente de um acompanhamento mais sistemático, pois o leitor pode ser afetado positiva ou negativamente pelo livro, conforme leia bem ou mal. Dessa forma, é necessário que, ao lado de atividades livres de leitura, sejam criadas situações e métodos que possibilitem detectar os diversos problemas individuais de compreensão de textos e corrigi-los. O importante é desenvolver no aluno práticas de leitura que propiciem o hábito de reflexão e crítica sobre a realidade que a obra lhe oferece e sobre a interpretação dessa realidade imprimida pelo autor, ou seja, o leitor deve, de acordo com o estágio de desenvolvimento em que se encontra, ser capaz de ter uma visão dos prós e contras da produção que consome, dessacralizando-a.

A introdução do livro em sala de aula, por outro lado, será tanto mais eficaz na medida em que estiver integrada a um planejamento das atividades de leitura. Quanto a esse planejamento, sugere-se que:

1. seja parte de um programa amplo de desenvolvimento da leitura;
2. apresente características interdisciplinares e coope-

rativas;

3. se volte para as necessidades e interesses dos alunos;
4. defina claramente seus objetivos;
5. se integre ao trabalho da biblioteca da escola.

### 3.2. O livro na biblioteca

Como instituição democrática de ensino, cultura e informação, a biblioteca utiliza-se de recursos múltiplos para atender preferências e necessidades individuais ou sociais. Neste sentido, é, ao mesmo tempo, elemento de conservação e centro de comunicação, pois, assim como conserva o patrimônio cultural, no geral é transmitido por meio da escrita, também permite estabelecer e atualizar as relações entre autores e leitores.

Sob o ponto de vista educacional, a biblioteca tem um papel importante na democratização do saber, uma vez que facilita oportunidades de formação, oferecendo a cada indivíduo condições de desenvolver suas aptidões particulares. Na medida em que parte das possibilidades de cada um, coloca todos em situação de igualdade, o que não se verifica, na maioria das vezes, dentro das salas de aula.

As bibliotecas públicas e escolares - os dois tipos que, com maior frequência, atendem crianças e jovens - assumem uma importância capital como mediadoras entre o leitor e a informação. No âmbito da literatura, a relevância da Biblioteca se deve, por sua vez, ao fato de que, ao possibilitar o contato com a obra literária, divide com a escola a responsabilidade pela difusão da leitura e pela consolidação do gosto pelo livro. Por esse motivo, a criança desde cedo deve ser incentivada a frequentá-la, sentindo-a parte de seu cotidiano.

A frequência à biblioteca, entretanto, depende, em maior ou menor grau, da dinamização que é imprimida à sua estrutura. Em primeiro lugar é preciso romper com a imagem imediatista de biblioteca como depósito sagrado de livros, local de prestação de serviço a necessidades momentâneas ou, o que é mais grave, como local de castigo para onde os professores mandam os alunos que "não se acomodam". Necessário se faz também um investimento maior na qualidade de seu acervo, para atendimento das reais necessidades e interesses dos usuários, bem como a atualização de seus serviços. De grande importância pode ser a atuação na Biblioteca - além de técnicos eficientes - de animadores de leitura, que a tornem mais atraente, propagandeando-a e propondo situações motivadoras para a leitura. Um animador, por exemplo, pode desenvolver atividades de promoção da leitura tais como exposições e feiras do livro, encontros e debates com autores, seminários,

concursos, jogos de leitura, com o objetivo maior de despertar a imaginação e a criatividade e conduzir ao gosto pela literatura.

Reconhecida a relevância da organização de bibliotecas para o incentivo da leitura, é importante que se pense na sua viabilidade nas escolas. No caso brasileiro, as discrepâncias de ordem material existentes entre instituições de ensino público e particular evidenciam as contradições de nosso sistema educacional. Nas instituições públicas, as bibliotecas inexistem ou são mal aparelhadas, enquanto nas instituições de iniciativa privada os serviços oferecidos são, no geral, de boa qualidade. Se se considerar, entretanto, que a população carente, ainda presente nos bancos escolares, concentra-se na rede oficial de ensino, e que esta representa a parcela majoritária do estudantado brasileiro, constatar-se-á que a maior parte das crianças e jovens ainda se encontram afastados da leitura e da literatura. Isso se deve, sobretudo, à inexistência, por parte do poder estatal, de uma política de leitura que defina um amplo programa de bibliotecas. Um programa como esse só se tornaria viável no Brasil se possuísse sustentação jurídica, garantindo-lhe capacidade de ação e dotação orçamentária própria e suficiente. O ideal, ainda, seria que ele estivesse vinculado ao conjunto de leis que regem o sistema de ensino e o desenvolvimento da educação, e paralelamente à legislação que trata da informação e das bibliotecas em geral.<sup>2</sup>

Essa defasagem do sistema de bibliotecas escolares transfere a responsabilidade de atendimento a estudantes às bibliotecas públicas. Estas, por sua vez, despreparadas para conformar-se à demanda, restringem-se a atender situações imediatas, de forma isolada. A deficiência na prestação de serviços é, no geral, atribuída à ausência de contato permanente com o sistema educativo nos níveis de estruturação e planejamento curricular, de modo que possa se inteirar de suas necessidades, decisões e interesses. Como resultado, o aluno cada vez menos circula pela biblioteca pública, pois a própria organização, mais rígida e formal, e a inexistência de serviços especiais para escolares acabam por afastá-lo. No caso da criança, raras são as bibliotecas públicas especializadas em leitura infantil, ficando o leitor mirim em flagrante desvantagem com relação ao adulto. Por esse motivo, é evidente a necessidade de se implementar bibliotecas escolares, sem descartar, no entanto, o estabelecimento de vínculos mais estreitos com bibliotecas públicas, no sentido de um planejamento conjunto que só viria a beneficiar o usuário.

Quanto às escolas que ainda não possuem bibliotecas, estas devem movimentar-se, dentro de suas possibilidades, no

sentido de organizá-las, envolvendo a comunidade - professores, pais, alunos e funcionários. Para executar esta tarefa, o professor Ezequiel Theodoro da Silva sugere que:

1. se definam os objetivos a serem cumpridos pela biblioteca no âmbito da escola e da comunidade;
2. se estudem as possibilidades concretas para instalação e funcionamento da biblioteca;
3. se realize o levantamento de experiências semelhantes a nível municipal, regional e/ou estatal a fim de possibilitar o intercâmbio de idéias;
4. se investiguem as necessidades de leitura do corpo discente e docente da escola, tomando como base o planejamento do semestre ou ano subsequente e já tentando delinear as características do acervo da biblioteca;
5. se forme uma comissão de participação e reivindicação para atuar junto a associações de bairro, partidos políticos, autoridades, etc. no sentido de conscientizar e exigir o cumprimento de obrigações sociais;
6. se atribuam responsabilidades aos membros do grupo.<sup>3</sup>

Partindo do princípio de que ler não apenas instrui mas diverte e enriquece, e de que a literatura possibilita um desafio maior de leitura, chega-se à conclusão de que o universo ficcional não pode deixar de incorporar o cotidiano da criança. Conforme foi visto, no entanto, a fragilidade do sistema educacional brasileiro e a inexistência de medidas mais amplas e eficazes no sentido de promover a cultura e, por extensão, a leitura, ainda relegam o livro à condição de artefato de luxo a ser reverenciado, porque raro. Se a inversão desse estado de coisas se faz urgente, considerando-se a ausência de uma política cultural emanada do estado, os caminhos podem ser abertos por aqueles que vêm na escola e na biblioteca uma possibilidade de acesso ao livro.

NOTAS

- <sup>1</sup> A esse respeito ver pesquisa desenvolvida pelo Centro de Pesquisas Literárias da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), intitulada Guias de Leitura para Pais e Professores. Jan. 1987.
- <sup>2</sup> Proposição neste sentido é desenvolvida pelo Modelo flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares. Brasília, Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares/FEBAB, 1985. p.79-81.
- <sup>3</sup> SILVA, Ezequiel T. da. Biblioteca escolar: da gênese à gestão. In: ZILBERMAN, Regina, org. Leitura em crise na escola: as alternativas do professor. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982. p.142.

---

Composta e impressa na GRÁFICA UNIVERSITÁRIA da APESC  
FACULDADES INTEGRADAS DE SANTA CRUZ DO SUL  
Rua Cel. Oscar Jost, 1551 - Santa Cruz do Sul -RS- Brasil

1987